

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 02 de maio de 2019 às 07h38
Seleção de Notícias

O Globo Online | BR

Direitos Autorais

Governo suspende cobrança de direito autoral por entidades do audiovisual	3
--	----------

CULTURA | ALESSANDRO GIANNINI

Jornal do Commercio AM | AM

01 de maio de 2019 | Propriedade Intelectual

Como proteger uma boa ideia?	5
---	----------

Fator Brasil - Online | BR

Marco regulatório | INPI

Teremos um marco legal das Startups no Brasil?	6
---	----------

Inova Unicamp | SP

Marco regulatório | INPI

CBN notícias: Unicamp bate recorde de patentes concedidas pelo INPI	8
--	----------

Migalhas | BR

Arbitragem e Mediação

A flexibilidade da arbitragem e o controle dos árbitros	9
--	----------

Governo suspende cobrança de direito autoral por entidades do audiovisual

CULTURA



O secretário de Direitos Autorais, Maurício Braga, entre a atriz Cássia Kis, representante da InterArtis, e o diretor Sylvio Back, representante da DBCA, e outros profissionais, antes de reunião em Brasília no dia 16 Foto: Divulgação



Três associações protestam e dizem que vão contestar medida

SÃO PAULO - Três associações ligadas ao audiovisual se uniram para tentar reverter a decisão recente da Secretaria Especial de Cultura, ligada ao Ministério da Cidadania, de suspender suas habilitações para a cobrança de **direitos** autorais.

A Gestão de Direitos de Autores Roteiristas (Gedar), a Diretores Brasileiros de Cinema e do Audiovisual (DBCA) e a InterArtis, que representa os intérpretes, protestam contra a determinação do secretário de **Direitos** Autorais, Maurício Braga, que no dia 25 de março suspendeu as licenças das entidades.

De acordo com um comunicado publicado no site da Gedar, as licenças foram obtidas no fim do ano passado após um processo ao longo do qual os requisitos previstos na Lei de **Direitos** Autorais, e na instrução normativa de 2015 que a regula, foram atendidos pelas três associações.

O governo argumenta que respondeu a um pedido da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Mul (Abraplex), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), Motion Picture Association of America (MPA), Associação dos Programadores de Televisão (TAP Brasil) e Federação Nacional Das Empresas Exibidoras Cinematográficas (Feneec) - representantes emisoras de TV de canal aberto e por assinatura, além de exibidores - para suspender as habilitações.

Representantes da Gedar, da DBCA e da InterArtis se reuniram no dia 16 com o secretário Maurício Braga para discutir a questão. Fontes que estiveram presentes ao encontro indicam que a tendência é Braga

Continuação: Governo suspende cobrança de direito autoral por entidades do audiovisual



confirmar a suspensão da cobrança de **direitos** autorais do audiovisual.

No despacho da secretaria de **Direitos** Autorais, Braga diz que a decisão foi tomada por "justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação", decorrente da eventual cobrança dos direitos de exibição audiovisual. Marcílio Moraes, presidente da Gedar, diz que a atitude do secretário é "ilegal" porque o assunto já estava encerrado na esfera administrativa, sem possibilidade de alteração da decisão tomada pelo secretário anterior, Marcos Tavolari, que recusou todos os recursos apresentados e manteve a habilitação.

- O ato do atual Secretário foi arbitrário e extemporâneo. O argumento apresentado de que a habilitação poderia causar danos irreparáveis não procede. Nossa posição é de diálogo e conciliação. Vamos começar a procurar os usuários para discutir e entrar em acordos amigáveis, vantajosos para todos os envolvidos. Se prejuízo há, é para nós criadores - explica Moraes.

Para Ricardo Pinto e Silva, vice-presidente da DB-CA, todo o processo de habilitação das associações foi feito de forma correta. Os recursos, segundo ele, foram negados no fim de fevereiro:

- A habilitação foi dada, não pode ser negada. Cassação sem envolver o Ministério Público é algo errado. Temos absoluta certeza de que está sendo extrapolado e ferido um ato administrativo. Vamos continuar lutando por eles em todas as esferas. O secretário tem de estar ciente que isso pode ter consequências legais - diz Pinto e Silva.

A reportagem questionou a Secretaria Especial de Cultura sobre o assunto, mas até a publicação desta reportagem não obteve resposta.

Editorial

Como proteger uma boa ideia?

É inigualável a sensação de se ter uma ideia que acreditamos ser inovadora e capaz de transformar o mundo em um lugar melhor. Contudo, no momento em que pensamos levá-la adiante, naturalmente adquirimos receio quanto à sua divulgação para terceiros, a fim de evitar eventuais usurpações, ou seja, plágios.

Isto porque, especialmente no mundo corporativo, é notória a ocorrência de diversos litígios que versam sobre **usurpações de propriedade intelectual e direitos autorais**. Tomemos como exemplo o icônico caso da rede social Facebook, cuja

discussão gira em torno da verdadeira autoria intelectual da maior rede social do mundo. De um lado, Mark Zuckerberg, conhecido mundialmente como um dos fundadores da rede, de outro, os irmãos gêmeos Cameron e Tyler Winklevoss, que alegavam ser os verdadeiros autores intelectuais do Facebook e que receberam, ao final da disputa judicial, uma indenização de US\$ 65 milhões.

Pois bem. O direito intelectual, muito embora seja naturalmente protegido por nosso ordenamento jurídico, pode encontrar alguns obstáculos comproba-

tórios quando deixadas de lado algumas cautelas necessárias. Afinal, de nada serve ao autor ter sua ideia naturalmente protegida se não for capaz de comprovar sua autoria perante terceiros que venham a utilizá-la indevidamente, ou seja, usurpá-la.

O conflito entre a proteção e a divulgação da ideia se agrava ainda mais quando estamos falando de startups. Isto porque estas, na esmagadora maioria, são fortemente ligadas à tecnologia, exigindo, dessa maneira, uma elevada expertise tecnológica e uma alta disposição de

recursos financeiros.

Ademais, insta salientar que as startups visam trazer ao mercado algo inovador, ou seja, um serviço/produto jamais visto. Contudo, essa inovação, muitas vezes, abre alas para que terceiros possam aprimorar a ideia, lançando-a novamente no mercado com as melhorias necessárias (ou até mesmo não pensadas pelo "autor pioneiro"). Tal conduta, pode, inclusive, ser realizada licitamente, de modo que este aprimoramento não seja enquadrado como crime de plágio ou usurpação à **propriedade intelectual**.

É válido lembrar que a proteção à **propriedade intelectual** se dá por tempo determinado, a fim de evitar abusos e perpetuação da ideia por parte do autor, compelindo-o a prosseguir com o avanço efetivo no desenvolvimento do produto e, consequentemente, converter a inovação em favor da sociedade.

Dessa forma, tomadas as devidas cautelas, atingimos o momento de levar a ideia adiante e percorrer o caminho para o tão almejado sucesso, tomando a sua divulgação para terceiros não mais um receio, mas, sim, a solução.

Teremos um marco legal das Startups no Brasil?

O primeiro trimestre de 2019 reservou uma boa notícia para o ecossistema das Startups. Uma parceria entre MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) e o ME (Ministério da Economia), deu início às tratativas para elaboração de um marco legal para Startups. A expectativa é de que ainda neste mês de abril a comissão de estudos entregue um projeto para consulta pública.

A Folha de São Paulo apurou que o projeto envolverá quatro eixos fundamentais: tributos, relações de trabalho, compras públicas e facilitação de investimentos.

Enquanto o texto integral não chega ao nosso conhecimento, no último dia 24/04/2019, por intermédio da Lei Complementar nº 167/2019, dentre outras alterações, tivemos um marco legal histórico para o ambiente tecnológico brasileiro.

Pela primeira vez, o termo "Startup" está em uma lei e foi para modificar a Lei do SIMPLES NACIONAL (Lei Complementar 123/2006).

A justificativa oficial traz o seguinte conteúdo: "Cria o INOVA SIMPLES, regime especial ultra simplificado, de rito sumário, com muitas facilidades para as micro e pequenas empresas do Simples Nacional que se enquadrem no conceito de Start Up, ou seja, empresas inovadoras, de caráter disruptivo e com alto potencial de crescimento, que convivem, porém, com alto grau de incerteza em relação à sua viabilidade, tanto tecnológica quanto econômica. Trata-se de uma medida extremamente necessária para estimular a criação e o crescimento das startups e, consequentemente, a geração de emprego e renda."

O objetivo, em consenso com a Constituição Fe-

deral, é o de dar tratamento diferenciado para startups.

O texto traz uma diferença entre startup incremental e startup disruptiva, sendo esta relacionada a algo totalmente novo e aquela para aperfeiçoar sistemas, métodos ou modelos de negócio, de produção, de serviços ou de produtos.

Em uma primeira análise, observo que algo importante desta legislação foi o acolhimento do vocabulário das Startups, tais como próprio termo "Startup", mas também por usar as expressões "validação constante" e "condições de incerteza". Isso demonstra que o Poder Público está escutando os agentes econômicos especializados e formatando estas expressões para que tenham bom significado jurídico-legislativo.

Vamos ao núcleo duro da novíssima lei.

Há a instituição de um rito sumário para abertura e fechamento das empresas autodeclaradas Startups, isto é, a tendência é que uma startup consiga a obtenção de CNPJ e conta bancária com muito mais agilidade do que outras espécies de negócios.

Outros dois pontos merecem destaque:

O primeiro é referente à sede empresarial, que poderá ser em coworking, aceleradora ou incubadoras.

O segundo é a vinculação direta entre o Registro Empresarial e o **INPI**, isto é, a Startup poderá, ao que tudo indica, na mesma plataforma, solicitar a abertura da empresa e o início da Tramitação no **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial.

Continuação: Teremos um marco legal das Startups no Brasil?

O ecossistema da inovação observa esta iniciativa com bons olhos. É um sinal de que o Brasil quer avançar no quesito inovação, dando início pela redução da burocracia.

Esperamos mais e que seja breve.

. Por: Daniel Passinato, advogado especialista em Di-

reito Empresarial (LLM FIEP/PR), sócio da Passinato & Graebin - Sociedade de Advogados. É professor de Direito Empresarial e Direito para Startups. Possui atuação plenamente voltada para o Direito Empresarial, especialmente Direito societário, Direito Contratual, Direito das Startups e Direito Internacional Privado.

CBN notícias: Unicamp bate recorde de patentes concedidas pelo INPI

Por Flavio Botelho , 30 de abril de 2019

CBN Campinas

A Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp, encerrou 2018 batendo seu recorde de patentes concedidas pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**). No total foram concedidas 71 patentes a universidade.

Entre as patentes concedidas , está um processo para criação de um sensor biodegradável que detecta rapidamente alimentos impróprios para o consumo. A novidade foi desenvolvida na Faculdade de Engenharia Química. Outra patente concedida está no campo da difusão sonora. Trata-se de um conhecimento geométrico que pode ser usado na arquitetura e construção civil, oferecendo conforto ambiental com controle de ruídos.

A estrutura proposta também permite a difusão sonora, desejada em ambientes de escuta técnica e de prática musical.

Os dados foram revelados no no recém divulgado Relatório de Atividades 2018 da Agência de Inovação.

O diretor-executivo da Agência de Inovação Inova Unicamp, Newton Frateschi, atribui o recorde ao fato da Agencia identificar e encaminhar ao IMPI o que realmente pode ser protegido.

No ano passado a Agencia registrou 113 comunicações de invenções, deste total 72 pedidos de patentes foram depositados no **INPI** e 71 patentes concedidas.

The post CBN notícias: Unicamp bate recorde de patentes concedidas pelo **INPI** appeared first on Inova.

A flexibilidade da arbitragem e o controle dos árbitros

Há alguns anos (precisamente nos idos de 2009/2010) emergia no Brasil o tema da flexibilização do procedimento arbitral. A flexibilidade da **arbitragem** representava o tema da moda, num momento que a **arbitragem** ganhava força total no Brasil: a ideia de procedimento livre, com regras pré-fixadas pelas partes, com a utilização de instrumentos de *soft law* muito utilizados na prática da arbitragem internacional¹ e sem ater-se às normas processuais do local da arbitragem. Tal tema foi objeto de percucientes estudos², gerando até mesmo uma belíssima tese de doutoramento³, a qual tive a honra de apresentar sua resenha⁴.

O escopo da flexibilização do procedimento arbitral é o de maximizar a autonomia da vontade das partes, aliado um eficaz controle dos árbitros, de modo que, estabelecendo-se as regras do jogo o mais cedo possível com flexibilidade⁵, o curso do procedimento arbitral transcorra de uma forma menos rígida, menos apegada aos cacoetes processuais. Ao final, a flexibilização do procedimento arbitral só terá o condão de ajudar os árbitros a prolatarem uma sentença justa, correta e exequível, nos termos do quanto convencionado pelas partes, caso a caso⁶.

No entanto, faz-se uma importante indagação: devem os árbitros deixar as partes livres para fixarem o que bem entenderem ou devem eles colocar um certo "freio" nos anseios das partes, exercendo a sua função de controle e comando do procedimento arbitral?

Não há dúvidas de que um dos grandes pilares da arbitragem, e talvez o maior deles, é a autonomia da vontade. Ora, são as partes que quiseram a arbitragem e elas é que regerão o procedimento arbitral.

Nesse sentido, diversos países adotaram em suas legislações, regras segundo as quais pertencem às partes o controle procedimental da arbitragem. Elas é

que decidem as regras do jogo. A Lei Suíça de Direito Internacional Privado (LDIP), por exemplo, prevê em seu art. 182 (1)⁷ que as partes podem, diretamente, ou referindo-se a um regulamento de arbitragem, regulamentar o procedimento arbitral; elas podem também submeter o procedimento à lei processual de sua livre escolha.

Já a Lei Sueca de Arbitragem, vai mais além, ao prever na Seção 21 que o tribunal arbitral deverá tratar o litígio de maneira imparcial, apropriada e rápida, além de conformar-se com que as partes tiverem decidido, sem realizarem qualquer obstáculo⁸.

O direito francês entende que o acordo realizado entre as partes, vincula diretamente os árbitros. Segundo a jurisprudência francesa, o desrespeito à vontade das partes caracteriza violação à ordem pública, de forma que, a título exemplificativo, a expiração do prazo fixado pelas partes para a prolação da sentença arbitral pode constituir motivo de anulação da dita sentença⁹.

No entanto, apesar de a arbitragem ser fundada no princípio da autonomia da vontade das partes, sempre existirá um limite a tal autonomia, isto é, um freio a um descabido pedido das partes. Esse "freio" resume-se no poder atribuído aos árbitros para o controle do procedimento arbitral. O freio à autonomia, logicamente utilizado pelos árbitros, ocorrerá quando a liberdade conferida às partes for além do permitido, isto é, quando determinadas regras aplicadas forem contrárias à lei que rege o procedimento arbitral ou que violem questões de ordem pública.

Como as partes visam, numa arbitragem, a obtenção de uma sentença exequível, pensa-se que o mais prudente é atribuir aos árbitros todo o controle do procedimento arbitral, tendo os árbitros amplos poderes para efetuarem qualquer decisão, ainda que tal decisão cause discórdia entre as partes. Nesse sentido, é

Continuação: A flexibilidade da arbitragem e o controle dos árbitros

preciso o art. 14.1 do Regulamento de Arbitragem da *London Court of International Arbitration* ("LCIA"), segundo o qual as partes limitam a sua própria liberdade prevendo que as suas escolhas deverão estar em consonância com as atribuições básicas do tribunal que deverão adotar procedimentos de acordo com as circunstâncias da arbitragem, evitando custos e atrasos desnecessários¹⁰.

No entendimento de Charles Jarrosson, o controle da arbitragem é exercido totalmente pelo árbitro, deixando claro que a vontade das partes encontra o seu limite na jurisdicionalidade do poder conferido ao árbitro que, diante disso, terá a última palavra. Assim, os poderes do árbitro, em matéria procedimental se justificam pela necessidade de eficácia inerente à administração da Justiça¹¹.

Já Thomas Clay, entende que, o chamado "*contrato de árbitro*" procura atribuir a uma pessoa o poder de julgar. O aludido autor entende categoricamente que pertence ao árbitro todas as decisões relativas à condução da instância arbitral, sendo que a aprovação das partes sobre qualquer medida procedimental é desejável, mas não fundamental. O árbitro é, portanto, o comandante do processo arbitral, e o faz assim de acordo com o seu poder jurisdicional conferido contratualmente entre ele e as partes¹².

Apesar de raros os casos, como é frisado por Gabrielle Kaufmann-Kohler, deve-se consignar que uma excessiva flexibilidade atribuída às partes, sem o devido controle dos árbitros, pode acarretar a recusa da execução da sentença arbitral. Um dos mencionados raros casos, refere-se a uma decisão cujos fatos são, resumidamente, os seguintes: no contrato litigioso, as partes haviam fixado o direito turco com aplicável à arbitragem. O Tribunal Arbitral, com sede na Suíça, havia compreendido o direito turco como o direito material aplicável à arbitragem. Em fase de execução da sentença, perante a jurisdição turca, entendeu o juiz estatal que o direito aplicável à controvérsia se aplicava também ao procedimento, e tais regras procedimentais não haviam sido aplicadas pe-

los árbitros. A execução da sentença, em razão deste vício, restou indeferida¹³.

Como visto, a flexibilidade do procedimento arbitral, por mais que importante para a eficácia da solução do litígio, deve ser controlada por quem detém o poder jurisdicional confiado pelas partes: os árbitros. Quanto maior a confiança as partes depositarem nos árbitros, mesmo tendo que renunciar a determinadas questões meramente formais, mais a arbitragem será eficaz e maiores serão as chances de se obter o fim máximo propiciado pela arbitragem: uma sentença exequível.

1 A título de exemplo, é digno de nota a IBA Rules on the Taking of Evidence in International Arbitration.

2 Ver, por todos, CARMONA, Carlos Alberto. Flexibilização da Arbitragem. Revista Brasileira de Arbitragem. Comitê Brasileiro de Arbitragem, CBAr & IOB, 2009, Volume X, Issue 24, pp. 07-21.

3 MONTORO, Marcos André Franco. Flexibilidade da Arbitragem. Acesso em 25.04.2019.

4 NUNES, Thiago Marinho. Resenha de livros: Flexibilidade do Procedimento Arbitral. Autor: Marcos André Franco Montoro. Revista Brasileira de Arbitragem (Comitê Brasileiro de Arbitragem, CBAr & IOB, 2013, Volume X, Issue 39, pp. 237-239.

5 Nesse sentido, o entendimento de Karl-Heinz Bockstiegel: "There are many ways of managing case efficiently, and it is one of the advantages of arbitration over court litigation that arbitral tribunals can shape a tailor made procedure that takes into account the many particularizes of each case () Although it is important to clarify the rules of the game as early as possible, it is also important to leave room for flexibility later in the proceedings ()". BOCKSTIEGEL, Karl-Heinz. Presenting evidence in international arbitration. ICSID Review: Foreign

Continuação: A flexibilidade da arbitragem e o controle dos árbitros

Investment Law Journal, vol. 16, nº 1, Washington, 2001, pp. 01-09.

6 Nesse sentido, o entendimento de Steven A. Hammond: "One of the great strengths of arbitration is its procedural flexibility, which permits the process to be tailored to the particular needs of each case ()". HAMMOND, Steven A. Making the case in international arbitration: a common law orientation to the marshalling and presentation of evidence. Revista de Arbitragem e Mediação, São Paulo: RT, v. 5, n. 16, p. 171-196, jan.-mar. 2008.

7 Art. 182 (1) da Lei Suíça de Direito Internacional Privado, de 1987 (LDIP): "The parties may directly or by reference to rules of arbitration regulate the arbitral procedure; they may also subject the procedure to the procedural law of their choice".

8 Seção 21 da Lei Sueca de Arbitragem (Swedish Arbitration Act): "The arbitrators shall handle the dispute in an impartial, practical, and speedy manner. They shall act in accordance with the decisions of the parties, unless they are impeded from doing so".

9 Decisão proferida pela Primeira Câmara Cível da Corte de Cassação Francesa, em 28 de setembro de 1995 no caso Dubois ET Vandervalle c/ Boots Frites.

Esta decisão foi publicada na Revue de L'Arbitrage 1996, p. 100 com comentários de Emmanuel Gaillard.

10 No original: "The parties and the Arbitral Tribunal are encouraged to make contact (whether by a hearing in person, telephone conference-call, video conference or exchange of correspondence) as soon as practicable but no later than 21 days from receipt of the Registrar's written notification of the formation of the Arbitral Tribunal".

11 JARROSSON, Charles. Qui tiens les rênes de l'arbitrage? Volonté des parties et autorité de l'arbitre. Revue de L'Arbitrage 1999, p. 601.

12 CLAY, Thomas. L'Arbitre. Paris: Dalloz, 2001.

13 KAUFMANN-KOHLER, Gabrielle, Qui contrôle l'arbitrage? Autonomie des parties, pouvoir des arbitres et principe d'efficacité in Liber Amicorum Claude Reymond - Autour de l'Arbitrage - Mélanges Offerts à Claude Reymond, Paris, Litec, 2004, p. 162.

Thiago Marinho Nunes

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 5

Propriedade Intelectual

5

Marco regulatório | INPI

6, 8

Arbitragem e Mediação

9